



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Extraordinária da Conatrae

Data e Horário: 25 de abril de 2017, de 14h às 17h.

Local: Secretaria de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília – Distrito Federal – 70308-200.

Pauta: Apresentação da metodologia para o 3º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Participantes:

Nome	Cargo	Órgão/Instituição
Adilson Santana de Carvalho	Coordenador	Conatrae/SDH
Alberto Carvalho Amaral	Defensor Público do DF	ANADEP
André Roston	Chefe DETRAE	MTE
Andréia Figueira Minduca	Assessora	Conatrae/SDH
Antônio Carlos Mello	Coordenador	OIT
Augusta Machado Tamasauskas	Policia Rodoviário Federal	PRF
Camila Melo Assis	Assessora	Conatrae/SDH
Eduardo Sant'anna	Especialista em Pol. Ind.	CNI
Fabiana Galera Severo	Defensora Pública Federal	DPU
Gabriela Madrid Aquino	Delegada	PF
Humberto Adamis	Advogado	CFOAB
Lúcia Helena Pigossi Neves	Coordenadora	AGU/PGU
Luís Fujiwara	Oficial	OIT
Mércia Consolação Silva	Coordenadora Executiva	InPacto
Raquel Ribeiro Martins	Assessora	Conatrae/MDH
Ricardo Rezende Figueira	Coordenador	GPETEX/UFRJ
Rodrigo Huguney	Assessor	CNA
Rogenir A. Santos Costa	Gerente	CRS
Vera Jatobá	Diretor Executivo	ABVETEX
Xavier Plassat	Coordenador de Campanha	CPT
Marília Ramos	Assistente de Coordenação	Repórter Brasil

1) Coordenação – Conatrae

a. Abertura (14h)

Adilson Santana – abertura, explica que se trata de outra reunião com pauta única. Informa que de acordo com a pauta tem duas atas para aprovar, do dia 14/03 e a da reunião anterior. Pergunta se pode aprovar agora ou passar para posteriormente.

Rodrigo Huguney – com relação à reunião anterior a 14/03 informa que há algumas falas que não constaram da ata, as quais gostaria que constasse, então considerando que não ouviu o áudio, pede para ser aprovada na próxima reunião, visto que não conseguiram ouvir o áudio.

Eduardo – faz considerações acerca da ata do dia 14/03, informa que encaminhará os apontamentos por e-mail.

Adilson – considerando os ajustes apontados pelo Eduardo, tem-se por aprovada a ata do dia 14/03. Fala sobre a publicação da lista suja, que inicialmente havia 85 nomes, tendo uma nova versão no mesmo dia com 68 nomes, assim após questionamentos foi publicada uma nova com 84, visto que desses empregadores conseguiu uma liminar. Inverte a ordem da pauta e coloca primeiramente os informes.

INFORMES

Decisão referente de pedido de prisão preventiva

Gabriela Aquino – traz a conhecimento uma decisão referente a um pedido de prisão preventiva advinda de um inquérito que se iniciou a partir de uma ação do Grupo Móvel em Araguaína/TO, ocorrido no final do mês de março. Relata que neste momento foram encontrados trabalhadores em situação de degradância, situação em que houve a fuga do empregador. Assim, diante do pedido de prisão temporária e preventiva, houve a negativa por parte do judiciário, e considerando o perfil do empregador, que era reincidente, e a situação em específico relata que não se sentiram apoiados pelo judiciário gerando uma preocupação. Expõe que embora na decisão conste que não havia risco de fuga, hoje não se sabe onde ele se encontra. Então, com isso, traz a todos essa preocupação, no sentido de demonstrar a necessidade de sensibilização no que se refere ao crime de trabalho escravo, visto que se não houver uma maior receptividade por parte do judiciário ficará muito difícil realizar o trabalho.

Humberto Adami – renova a proposta de exibição do filme “Menino 23”, com um debate. Expõe que não há uma linguagem nacional, que não seja só de uma seccional, sobre trabalho escravo na advocacia, podendo todos pensarem como os advogados podem se inserir nesta questão do trabalho escravo.

André Roston – se remete ao informe da Gabriela, expondo que não sabia acerca do desdobramento deste caso concreto. Sugere que o encaminhamento prático que poderia se dar é de tentar dialogar realizando uma agenda de sensibilização, não só com as associações, mas também com os tribunais e os conselhos.

Gabriela Aquino – informa que esse caso foi levado ao conhecimento do ministro Lélío Bentes, que acompanhou todos os passos, porém, infelizmente, não conseguiu a sensibilização que pretendiam.

Fabiana Severo – diz que não conhece o caso, mas diz que a DPU já atuou em alguns casos como assistente de acusação e considera que devemos avançar na temática criminal, rompendo alguns paradigmas que temos no sistema de justiça, visto que muitas vezes tem-se decisões que são aparentemente garantistas, mas na verdade são elitizadas. No que se refere ao trabalho escravo, considera que existe uma ambiguidade em relação ao dia-a-dia, na defesa da Defensoria Pública Federal, por exemplo, quando se trata de “mulas de tráfico de drogas” observando-se que existe um tratamento muito mais rigoroso do que aquele que se vê quando vai subindo em outros estamentos e classes sociais, sendo necessário enfrentar essa discussão. Somando às considerações do representante da OAB expõe que seria interessante repensar alguns institutos que não são muito utilizados, como por exemplo, a figura do assistente de acusação no processo de defesa das vítimas, entendendo muito legítimo esse espaço. Necessitando avançar nesta discussão do processo criminal, não significando o encarceramento indiscriminado, mas ter a efetividade do processo criminal, com a abertura de diálogo com o sistema de justiça, MP e magistratura, com relação aos institutos voltados à proteção de trabalhadores e trabalhadoras resgatados de trabalho escravo.

Informe HE filmes

Renato Barbieri – fala do longa-metragem *Pureza*, filme baseado na história Dona Pureza, que decidiu procurar o filho Abel, que foi vítima de trabalho escravo. Informa que ela ganhou um prêmio em Londres. Diz que esse projeto *Pureza* quem vai protagonizar o projeto *Dira Paes*, guerreira no combate ao trabalho escravo. Informa que em 2017 assinou contrato com o FACDF, entrando este com uma cota de patrocínio que permite já iniciar as filmagens, previstas para 2018, tendo apoio também do BNDES e do GAETE/BA. Em paralelo a este projeto informa que está desenvolvendo um projeto de documentário, já com o apoio de 21 instituições, entre nacionais e internacionais, assim, pede também o apoio da Conatrae, no sentido de apoiar o filme servidão.

Adilson Carvalho – agradece e se coloca à disposição para ajudar, apontando serem muito bem vindas essas iniciativas, principalmente neste atual momento político agora, destaca ainda que trabalhos como esse contribuem muito, podendo promover, ao longo do tempo e à medida em que as pessoas forem entendendo o que é trabalho escravo, um repulsa social a essa prática.

Ricardo Rezende – informa e convida a todos a participarem da reunião científica acerca do trabalho escravo e questões correlatas, a ser realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 16 a 18/12. Informa ainda que o Luís Carlos Barreto está realizando 5 episódios sobre trabalho escravo, tratando-se de trabalho urbano e rural, que será um documentário. Lembra ainda que foi aprovado um requerimento para votação da reforma trabalhista, na comissão e será votado hoje no plenário. Coloca como fator de grande preocupação a questão da terceirização, previdência e reforma trabalhista, visto que grande parte do trabalho escravo está ligada a esses pontos, o que poderá a vir a comprometer todo o trabalho de luta para erradicação do trabalho escravo.

Mércia Silva – faz uma provocação no sentido de pensar que setores conseguiram se organizar, de que forma a iniciativa privada está se engajando nisto.

Rogenir Santos – ressalta a importância do trabalho, destacando que é necessário verificar como ampliar o alcance deste trabalho, para garantir a visibilidade. Sugere inserir a igreja católica no sentido de auxiliar na divulgação, em razão de sua capilaridade, falando também da CNBB que tem a Comissão Especial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que poderia também estar sendo inserida neste processo.

Renato – fala que o foco é demonstrar o espírito guerreiro abolicionista brasileiro, estando isso muito bem expresso nos dois filmes, tendo como intensão que a sociedade brasileira se dê conta da dimensão deste problema, visto que as reportagens jornalísticas são sempre muito técnicas. Considera muito importante e válida a sugestão dada pela Rogenir.

Informe pauta legislativa

Vera Proba – fala sobre o retrocesso, expondo que vai ser votada a reforma trabalhista, devendo ser renovado o sentimento de indignação. Deixando o protesto e pedindo que o clamor chegue a todos os espaços, tendo sido uma luta desigual.

Adilson Carvalho – compartilha da preocupação, lembrando que alguns desses projetos terão consequências diretas, como o PL 6442/2016, o PLS 432/2013 e PL 169/2009, falando um pouco sobre cada um desses e registrando que irão nos demandar muito nesses próximos dias. Aproveita para lembrar-se da nossa responsabilidade não só como colegiado, mas também como instituições individuais. Destaca ser esse o momento de unir forças para conseguir barrar essa avalanche de ataques que a política vem sofrendo.

III PNTE

Adilson Carvalho – contextualiza sobre a criação do Plano, explicando que a CONATRAE nasceu com um plano, visto que o decreto que cria a Conatrae já coloca como competência o acompanhamento do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo que foi criado juntamente com a comissão em 2003. Fala sobre a nova versão do plano em vigor que foi criado em 2008, tendo havido discussões sobre a necessidade de atualização deste plano. Assim, nesse contexto, no ano passado foi lançado o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, que cria obrigações para governo federal e para os estados, sendo uma das obrigações do governo federal a criação do III PNETE. Explica que assim foi constituído um Grupo de Trabalho com a missão de discutir e trazer ao pleno uma proposta de metodologia para a construção do III Plano. Realizou uma explicação acerca da dinâmica de trabalho utilizada pelo GT e falou sobre a saída da Contag. Concluiu informando que é trazida uma proposta de metodologia para a construção do III Plano, e se todos concordarem com a proposta, passa a ser a metodologia adotada Conatrae.

Raquel Martins – realiza a apresentação do resultado do trabalho do GT, com a proposta de metodologia, explicando ponto a ponto. Expõe, por fim, que a proposta que se consiga debater e aprimorar pontos específicos na plenária, incluindo a contribuição de instituições que não participaram do GT, para que consigamos uma metodologia eficiente.

Adilson Carvalho – chama atenção ao fato de que a criação deste plano será realizado a partir de uma outra dinâmica, diferente da experiência de criação do plano anterior, visando incluir neste processo a participação externa, com a colaboração de comissões estaduais, por exemplo. Chama atenção ainda ao fato de que o plano anterior não é um plano monitorável, e no processo ficou muito claro que isso é muito importante, gerando assim uma proposta de um plano estratégico e operacional, que seja possível de ser monitorável. Com relação ao prazo para o término deste trabalho, expõe que de acordo com o pacto, o compromisso é a criação do plano até dezembro 2017, considera que não seja uma determinação tão rígida, porém considera factível, porém necessária uma reflexão acerca da adoção deste prazo, e caso assim adotado que se tenha um comprometimento, no sentido de colocá-lo como prioritário na agenda.

Antônio Mello – fala sobre a prévia reunião que a OIT teve com a SDH, informando que a OIT ratificou que estará apoiando este processo, principalmente do ponto de vista técnico, atentando apenas ao fato de que não há tantos recursos, não sendo possível o aporte para as consultorias previstas, se não com horas de trabalhos técnicos eventuais, considerando estarem em último ano de projeto em que há necessidade de sistematização de boas práticas e relatoria do projeto, o que demanda uma maior carga horária de trabalho técnico. Com relação ao Termo de Referência informa que a pretensão é de seja apresentado o rascunho até o final da semana. Comenta acerca de todo processo do trabalho do GT na oficina que trouxe muito esclarecimento de como deve ser desenvolvido todo esse trabalho.

Considera importante que nessa revisão do processo de monitoramento, que consigamos ter um sistema que seja facilmente adaptável, sem necessidade de formatação do sistema, que possa ser personalizável para que os estados tenham a possibilidade de utilizá-lo, para o monitoramento de seus planos.

Ressalvadas as colocações de limitações, reitera que a OIT se voluntaria a participar do comitê, podendo auxiliar principalmente no que diz respeito à avaliação dos produtos que serão apresentados pelos consultores.

Rogenir Santos – destacando que a perspectiva de ampliação dos atores para participação é muito importante, sugerindo fazer uma análise de quais atores são relevantes para esse processo e como inseri-

los. Outro ponto importante é delimitar qual o nosso norte nesse 3º plano, visto que a partir disso será possível definir quais são os indicadores. Sugere por fim fazer uma análise situacional, de modo a verificar quais são os principais problemas que afetam as práticas de combate ao trabalho escravo no Brasil, que auxiliará a definir prioridades e como é possível captar a voz dos sobreviventes, fugindo um pouco somente de aspectos técnicos.

Luis Fujiwara – explica os pontos citados pela Rogenir. Fala sobre o sistema de monitoramento, expondo que é uma responsabilidade que a Conatrae, considerando a composição da Conatrae muito interessante e diferenciada da composição de outros conselhos. Esclarece que a ideia do plano atual é ter um aspecto tanto técnico quanto político. Entende que o processo de criação do plano é muito importante, visto que irá gerar uma reflexão e mobilização nos estados. Chama a responsabilidade de todos para auxiliar no processo de monitoramento, devendo ser um processo contínuo. Relata que a Conatrae irá tocar todo o processo, mas lembra a todos que a Conatrae não é um órgão executivo de políticas públicas, sendo importante olhar para os trabalhadores, mas é necessário olhar para os parceiros *stakeholders*, no sentido de que iremos dar algumas atribuições a estes, sendo necessário um tato político e sensibilização destes para o tema.

Humberto Adami – que levasse a OAB para aderir ao pacto, ao Conselho Federal da OAB, para garantir a capilaridade nas seccionais, sugere que uma das reuniões seja feita lá, promovendo assim um maior envolvimento. Relata que não conseguiu identificar ainda uma forma de inserção dos advogados neste processo, porém considera que pela capilaridade da OAB há muita possibilidade, visto que são várias seccionais e em cada município há uma subseção da OAB. Expõe que havendo novas formas de intervenção, como por exemplo o caso de uma associação de vítimas fazer ações de reparação de danos, entende que seria uma forma de inserir os advogados neste processo.

Fabiana Severo – parabeniza o trabalho do GT e considera muito positivo o fato de buscar legitimação das bases, ou seja, Coetraes e trabalhadores resgatados, visto ser um dos grandes focos da Conatrae. Lembra que em outros momentos a relação da Conatrae e Coetraes já foi um pouco mais ativa, cita como exemplo o Encontro Nacional das Coetraes em 2013 e 2014, não acontecendo nos anos posteriores. Explicita que na Coetrae em SP este processo desacelerou bastante, resultando na saída de membros, e não conseguindo assim aprovar o plano até o momento. Desta forma, com relação às oficinas gostaria de saber como está essa relação Coetrae e Conatrae.

Rodrigo Huguwey – parabeniza o trabalho do GT e a apresentação. Externaliza a preocupação com o prazo, tendo em vista que foi feito mais um compromisso que é o acompanhamento da Portaria Interministerial, elucida que com isso haverá dois trabalhos caminhando paralelamente, que ocupará muito tempo podendo a se tornar improdutivo. Considerando o exposto gostaria de verificar a possibilidade de readequação do cronograma, entendendo importante repensar acerca disso.

Mércia Silva – diz que com relação monitoramento do II Plano sentiu um desconforto ao responder o questionário, não conseguindo identificar quem deve responder se as perguntas eram direcionadas ao governo ou à iniciativa privada, coloca como exemplo a pergunta sobre a publicação de artigos, considerando que o InPacto não publica artigos, ela ficou em dúvida se tal pergunta caberia a eles responderem. Solicita assim que se tenha uma sensibilidade quanto a isto neste próximo monitoramento.

Luís Fujiwara – esclarece que algumas das perguntas são feitas para todos e há algumas específicas para cada setor, mas vai observar para poder melhorar a redação. Pede um feedback de todos neste processo, visando o aprimoramento.

Cíntia Bonder – expõe que sua preocupação é com relação à Coetrae, visualizando um distanciamento da Conatrae. Relata que o Rio Grande do Sul tem um plano de combate ao trabalho escravo, destacando que

o interesse era revisar o plano, todavia, chegaram à conclusão que seria necessário fazer um monitoramento antes da revisão. Assim, solicita que se pense como o será operacionalizado o processo de monitoramento com as Coetraes. Fala sobre a dificuldade de realização de monitoramento, não sendo muito fácil ter um retorno por parte dos *stakeholders*.

Xavier Plassat – informa que enquanto representante de uma Coetrae é sensível ao que a Cíntia diz. Destaca que a questão da atualização dos planos das Coetraes virá a exigir algumas atividades que não consta no plano de trabalho elaborado pelo GT, devendo ser examinado, no sentido de verificar se há levantamento acerca de quem tem plano e se alguém já realizou uma leitura comparativa entre eles. Relata que o essencial é começar o quanto antes o monitoramento do II plano, que em tese é tecnicamente rápido, podendo o instrumental ser aprimorado na definição de alguns respondentes. Expõe que não lhe fica muito bem definido, neste plano geral, como será feita essa análise situacional, quais são as graves carências do combate ao trabalho escravo, prevenção, repressão e reinserção, sendo isso necessário para condução da avaliação do II Plano, cabendo a realização de um oficina para esse trabalho.

André Roston – coloca que é importante pensar qual o objetivo na confecção do plano, exemplifica com as colocações da Fabiana com relação aos problemas de desnivelamentos ao longo do tempo de articulação com os estados, todavia isso vai variar de acordo com cada estado e também de acordo com dinâmicas de políticas institucionais muito próprias, sob os quais não temos governabilidade, então assim, menciona isso visto que temos um objeto delimitado e temos quantidade limitada de energia e pessoal disponível. Destaca que a ideia é que esse processo sirva como estímulo para uma aproximação com os estados, porém não pode ser um condicionante para a execução do trabalho proposto. Conclui que a ideia é envolver o máximo possível os estados, chegando pelo ao menos diretamente aos 5 (cinco) estados propostos, e que geremos subsídios pra todas as Coetraes com materiais que possam auxiliá-las a resolver questões particularizadas em suas localidades, como por exemplo da questão organizacional.

Luís Fujiwara – se coloca à disposição para responder qualquer pergunta mais técnica. Comenta acerca das falas da Mércia e da Cíntia, com relação ao processo de monitoramento, que é a angústia da pessoas serem monitoradas, então coloca que este deve ser um processo mais de autoconhecimento e não de opressão. Menciona que mais importante que uma avaliação externa é a avaliação que a Conatrae, tendo essa responsabilidade.

Raquel Martins – Considera os pontos colocados não como propriamente questionamentos, mas como contribuições no sentido de possibilitar reorganizar as próximas etapas e pensarmos nos próximos passos para o trabalho. Esclarece que em muitas das falas observa-se uma preocupação com a construção do plano em si, porém no trabalho realizado pelo GT a preocupação foi de apresentar uma sistematização metodológica. Ressalta que durante a discussão no GT ficou inserida essa preocupação de realizarmos essa articulação com as bases, pensando em instrumentos como audiências, oficinas, consulta pública, havendo muitas sugestões no sentido de verificar a melhor forma de fomentar esta articulação com os estados, e no sentido de atingir o mínimo pensamos nas oficinas em 5 regiões, visando contemplar o coletivo. Chama atenção quanto a sugestão do Xavier, no sentido de termos uma oficina e mapear o que é o papel da Conatrae entende ser uma construção a ser feita no fórum, sendo importante ver o momento de parar e discutir, de forma que a Conatrae se aproprie vindo o plano a refletir algo coletivo. Defende o cronograma no sentido de iniciarmos e posteriormente avaliarmos se é necessário realizar uma adequação.

Adilson Carvalho – fala sobre a demanda da Rogenir e do Xavier de que façamos uma análise situacional inicialmente, considerando importante e necessário. Expõe que tem como expectativa que isso seja feito juntamente com o consultor no primeiro momento. Esclarece que a proposta é de que contratemos consultorias para avaliação e monitoramento do plano anterior e acompanhamento na construção do próximo plano, porém o conteúdo será de responsabilidade da Conatrae, sendo papel do consultor o auxílio na construção metodológica, considerando que se no meio do processo entendermos interessante trazer contribuição externa, que isso seja feito. Menciona sobre a discussão trazida pela

Fabiana e Cíntia em referência a relação da Conatrae com os estados e explica que o investimento no fortalecimento das estruturas nos estados sempre foi no seu entendimento totalmente compensável e visando essa retomada quando foi dada a ideia do pacto federativo a primeira coisa que pensou foi em inserir os estados neste processo, visto que isto reabre ou alimenta um círculo virtuoso que em muito pode contribuir com a política. Acerca do pacto esclarece que estamos investindo em um primeiro momento para que todos assinem o pacto criando um compromisso político, como segunda prioridade está havendo uma movimentação para criação de novas Coetraes e em um terceiro momento visamos conseguir fazer uma discussão mais ampla. Expõe que a preocupação de diálogo com as Coetraes é constante, citando ainda a preocupação com a inserção destas neste processo de criação do plano quando foi pensado em se fazer as oficinas nas cinco regiões.

Raquel Martins – esclarece que no GT foram indicadas as regiões e não as Coetraes especificamente que irão participar, visando permitir que as Coetraes possam se organizar e fazer isso coletivamente. Ressalta que a preocupação em garantir um mínimo de cinco foi pensando em nossas possibilidades para acompanhar, todavia, se conseguirmos um trabalho de articulação mais efetiva é possível que consigamos atingir um número maior.

Humberto Adami – informa que a OAB/MG, a Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão e Trabalho Escravo, tem interesse em fazer um chamamento nacional e sediar esta discussão.

Adilson Carvalho – reforçando as colocações, expõe que a ideia do GT é que se tivesse uma quantidade mínima para discussão com os estados, uma quantidade que fosse possível nos responsabilizarmos, porém esclarece que está aberto para todas as unidades. Relata que o que foi debatido no GT é que essa discussão no estado seja minimamente sistematizada, de forma que consigamos acompanhá-los e orientá-los, uma vez que entende que não teríamos tanta efetividade se fossem abrangidos todos os estados, sem que pudéssemos acompanhar e orientar a discussão. Com relação ao monitoramento entende muito válido que tenhamos um processo de monitoramento que seja socializável com os estados. Destaca que é necessário verificar se esta plataforma que temos poderá ser utilizada pelos estados, cabendo checar se esta é exportável e se não se vale a pena investir numa nova. Coloca como encaminhamento a aprovação da metodologia para o III Plano, tendo que decidir se continuará sendo discutido neste colegiado ou se haverá um grupo misto, constituindo um GT com a função de dar continuidade ao processo no sentido de planejamento, validação e acompanhamento dos produtos que serão entregues pelos consultores.

Eduardo Sant’anna – Considera ser melhor realizar as discussões no plenário, em razão da ampla diversidade.

André Roston – entende que teríamos mais agilidade no processo se fosse criado um Grupo de Trabalho para a execução das etapas, especificamente para ações de monitoramento e avaliação, e quando houvesse necessidade de deliberações e encaminhamentos mais gerais que fosse submetido ao plenário, da mesma maneira que foi feito com relação à metodologia agora. Gostaria de saber se há divergência.

Rogenir Santos – sugere ter um comitê, para uma atuação mais sistemática e mantendo sempre uma pauta nas reuniões ordinárias para deliberações no Plenário.

Fabiana Severo – sugere que se tenha um comitê específico com perfil técnico para esta questão operacional e apresentação mensal dos resultados ao plenário para conhecimento.

Rodrigo Huguney – informa que não há divergência quanto a um comitê, mas solicita que seja colocado informes nas reuniões ordinárias, visando expor o andamento dos trabalhos e se necessário deliberar.

Adilson Carvalho – expõe que seu entendimento, a partir das colocações é que há consenso de que se crie um comitê para um acompanhamento direto do processo do plano, principalmente a relação com os consultores e que os resultados sejam passados ao plenário em toda reunião, tornando-se uma pauta fixa.

Rodrigo Huguney – coloca sua experiência no CNIg, conselho de migração que participa, que se reúne uma vez por mês e em toda pauta consta informes sobre o GT.

Adilson Carvalho – registra que o comitê será SDH, CRS, OIT, CNI, CNA, MT, SINAIT, RB (vai verificar).

Vera Proba – faz algumas considerações sobre o cenário político e informa que gostaria de participar.

Adilson Carvalho – informa que a OIT encaminhou uma estimativa de valor para a contratação de consultor, que seria algo em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para a contratação dos 3 (três) consultores. Expõe como possibilidades para este financiamento um Termo de Ajustamento de Conduta ou financiamento pela SDH, todavia, caso fosse realizado pela SDH este processo seria relativamente lento, devendo seguir todo o rito burocrático de contratação por parte da instituição pública. Expõe que se as instituições presentes pudessem se voluntariar também poderia ser uma outra possibilidade, visto ser necessário pensar em um processo que seja mais rápido.

Mércia Silva – Coloca o InPacto à disposição caso possa receber TAC para intermediar o produto, visto que o instituto pode estatutariamente receber esse recurso, devendo atender a todo o processo de transparência caso venha a receber.

Adilson Carvalho – fecha a reunião agradecendo a todos e todas.

2) Encaminhamentos

- Aprovação da metodologia apresentada pelo GT do III Plano;
- Aprovação da ata do dia 14/03/2017;
- Inserir na pauta da próxima reunião a aprovação da ata da reunião do dia 13/12/2016;
- Criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento direto do processo de criação do plano e apresentação dos resultados ao plenário em toda reunião, tornando-se uma pauta fixa;
- Composição do GT: MDH, CRS, OIT, CNI, CNA, MT, SINAIT e CPT;
- Repórter Brasil ficou de verificar se irá participar do GT do III Plano

3) Anexos

- Apresentação metodologia III PNTE